

BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.
C.N.P.J. 60.770.336/0001-65 CARTA PATENTE Nº1461/1966
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO-SP
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco Alfa de Investimento S.A. (“Banco”), relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Parecer do Conselho Fiscal. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance do Banco nos semestres findos nestas datas. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

CENÁRIO ECONÔMICO

Entramos em 2020 com uma perspectiva otimista com a recuperação econômica mundial, em especial para China, após a assinatura da chamada “fase 1” de seu acordo comercial com os Estados Unidos. Outro fator que contribuiu para essa entrada mais positiva foi a saída ordenada do Reino Unido da União Europeia. Contudo essa euforia durou pouco, após a eclosão da epidemia de coronavírus na China em janeiro, que reacendeu as preocupações com o desaquecimento da atividade global.

A primeira leitura dessa epidemia logo no início do ano foi que ela tenderia a ter um impacto descrito como em “formato de V”, ou seja, queda de produção abrupta, seguida de uma recuperação que deveria trazer de volta a atividade aos mesmos níveis em que se encontrava antes da sua eclosão. Como os fatores de produção não tenderiam a ser destruídos, passado o período de suspensão das atividades nas regiões afetadas, digeridos os gargalos causados por interrupções de produção nas cadeias produtivas, a economia tenderia a retornar a seu ritmo anterior.

Contudo, com o avanço da epidemia para outras regiões em fevereiro, com destaque para Itália e posteriormente para os Estados Unidos, essa leitura foi agravada pois os cenários começaram a incorporar um grande choque de demanda sobre a economia global. Esse choque era decorrente da provável diminuição da confiança dos consumidores ao redor do mundo, e também dos efeitos de segunda ordem da própria deterioração das condições financeiras e do efeito riqueza negativo decorrente da deterioração dos mercados sobre o consumo.

Após o anúncio de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), seguido do anúncio de várias medidas de lockdown no mundo, os mercados internacionais passaram por forte movimento de aversão a risco no mês de março, com circuit breakers sendo observados nas principais bolsas mundiais. Concomitantemente a esse movimento, a procura por segurança provocou alta robusta do dólar em relação às principais moedas emergentes e queda abrupta dos juros das treasuries.

Em resposta aos efeitos econômicos da pandemia, as autoridades econômicas globais tiveram resposta rápida e em montantes muitos superiores aos implementados na crise financeira global de 2008. As medidas foram de cunho monetário (grande redução da taxa de juros, compra de ativos e uso de liberação de compulsório) e do ponto de vista fiscal, medidas que visaram a compensação da perda de renda (por conta da elevação do desemprego), linhas emergenciais para empresas e também verbas extraordinárias para investimentos no combate a pandemia e nas estruturas para atendimento em saúde.

Essa crise, que é global, atingiu o Brasil em março, momento em que o contágio do vírus começa a acelerar e também fomos atingidos diretamente pela piora de preço dos ativos globais, atingindo diretamente o preço dos ativos brasileiros. O mercado doméstico brasileiro passou por um dos piores meses da história. O índice Bovespa recuou 29,9% e o dólar disparou 29,5%.

Para conter a crise sanitária, os Estados tiveram respostas rápidas para achatar a curva de contágio e se preparar melhor para o pico da epidemia que se daria em junho. No front econômico, o Brasil seguiu implementando o que vinha sendo feito nos outros países. O Banco Central do Brasil continuou um ciclo adicional de queda de juros, ampliou a liquidez para o sistema financeiro com diferentes instrumentos monetários e com a preocupação que esses recursos chegassem a ponta final, que eram as empresas, afetadas pelas medidas de distanciamento social. Do lado do Ministério da Economia, a equipe econômica anunciou um pacote bem positivo destinado a assegurar recursos para saúde e amparar a população mais vulnerável e trabalhadores informais, visando garantir-lhes a renda e crédito durante a crise. Entre as medidas estavam antecipação de 13º salário para aposentados, linhas de crédito emergencial para empresas, liberação de verbas extraordinárias para Estados. Certamente essas medidas foram um colchão de proteção para empresas e famílias. Em contrapartida, o endividamento público será bastante elevado, por isso o caráter temporário e a necessidade que sejam compensadas com reformas estruturantes à frente.

No mês de maio já se tinha a percepção que o pior da pandemia tinha ficado para trás, que aliada ao suporte agressivo das autoridades monetárias, ajudaram a dar suporte a um movimento de forte recuperação dos mercados. A combinação da reabertura econômica, com uma demanda que ficou reprimida e o grande volume de estímulos, estamos vendo nesse final de semestre dados econômicos menos piores que as projeções haviam sido feitas na maioria das regiões do mundo. No Brasil, fechamos o semestre com uma expectativa de PIB para o ano de 2020 com queda de 5,7% (no pior momento na crise se falava em queda de 10%). Os grandes desafios para frente são avançar nas reformas estruturais do Brasil (entre elas a Reforma Tributária e Administrativa) que melhora a nossa competitividade e uma agenda voltada para uma consolidação fiscal para promover uma trajetória de queda da dívida pública brasileira. O Governo e a equipe econômica seguem com essa agenda, construindo uma base parlamentar no Congresso nessa direção. Do lado da taxa de juros, enquanto o cenário continuar muito benigno para inflação, manter o nível num patamar bastante expansionista, com objetivo maior de retomada do crescimento econômico.

DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

Resultado do semestre

O lucro líquido do Banco atingiu no semestre R\$ 31.246 mil (1º semestre/2019 R\$ 28.035 mil), correspondendo à rentabilidade anualizada de 4,24% (1º semestre/2019 3,92%) sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 1.488.318 mil (inicial de 2019 R\$ 1.443.123 mil). A cada lote de mil ações do capital social do Banco correspondeu o lucro líquido de R\$ 352,94 (1º semestre/2019 R\$ 316,55).

Para o semestre findo, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 9.761 mil (1º semestre/2019 R\$ 5.327 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 277,95 (1º semestre/2019 R\$ 151,68) por lote de mil ações preferenciais, conforme nota explicativa às demonstrações financeiras nº 13 letra “b”.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido atingiu o valor de R\$ 1.510.285 mil ao final do semestre (31/12/2019 R\$ 1.488.318 mil). O valor patrimonial para cada lote de mil ações alcançou R\$ 17.059,14 (31/12/2019 R\$ 16.806,33).

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24/04/2020, homologada pelo Banco Central do Brasil em 14/07/2020, aprovou o aumento do capital social para R\$ 725.700 mil mediante a capitalização de

igual valor a ser retirado das contas reservas de capital – outras e da reserva de lucros – reserva para aumento de capital no montante de R\$ 28.500 mil.

Conforme autorização do Conselho de Administração, o Banco adquiriu o total de 68.300 ações ordinárias, em Bolsa de Valores e a preços de mercado para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação, sem redução do capital social. No 1º semestre/2020 adquiriu 24.600 ações ordinárias.

O índice de capital instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil atingiu 18,73% (31/12/2019 20,06%) ao final do semestre, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 9,25% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê da Basileia.

Rating

O Banco e demais instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, mantiveram suas boas avaliações de risco de crédito em nível nacional junto às seguintes agências de classificação de risco:

.Fitch Ratings: "F1+ (bra)" para crédito de curto prazo, "AA(bra)" para crédito de longo prazo.

.Moody's: "NP" para depósito global de curto prazo em moeda local, "Ba2" para depósito global de longo prazo em moeda local, "NP" para depósito de curto prazo em moeda estrangeira, "Ba3" para depósito de longo prazo em moeda estrangeira, "BR-1" para depósito de curto prazo na escala nacional brasileira, "Aa1.br" para depósito de longo prazo na escala nacional brasileira.

Recursos captados

O volume de recursos captados pelo Banco ao final do semestre atingiu R\$ 15.177.886 mil (31/12/2019 R\$ 10.292.578 mil). Esses recursos estavam representados por R\$ 7.491.728 mil (31/12/2019 R\$ 1.865.179 mil) incluindo depósitos interfinanceiros e a prazo; R\$ 1.033.014 mil (31/12/2019 R\$ 1.127.155 mil) em captações no mercado aberto; R\$ 5.512.847 mil (31/12/2019 R\$ 6.040.116 mil) em recursos de aceites e emissão de títulos; R\$ zero (31/12/2019 R\$ 346.595 mil) em empréstimos obtidos no país; R\$ 187.808 mil (31/12/2019 R\$ 96.153 mil) em empréstimos obtidos no exterior; R\$ 837.418 mil (31/12/2019 R\$ 761.592 mil) em repasses do país e R\$ 115.071 mil (31/12/2019 R\$ 55.788 mil) em repasses no exterior.

Ativos e empréstimos

O ativo total alcançou R\$ 17.006.777 mil (31/12/2019 R\$ 11.962.570 mil) ao final do semestre. As aplicações interfinanceiras de liquidez, a carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 12.919.922 mil (31/12/2019 R\$ 7.559.056 mil). A carteira de títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 3.599.625 mil (31/12/2019 R\$ 2.790.591 mil), correspondente a 21,2% (31/12/2019 23,3%) dos ativos totais. Representada principalmente por 82,6% (31/12/2019 80,9%) em títulos de emissão do Tesouro Nacional. Dessa carteira, 15,7% (31/12/2019 16,3%) dos títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Banco, comprovada com base em projeção de fluxo de caixa conforme exigência do BACEN, em mantê-los nesta categoria. O Banco manteve a sua posição de alta liquidez encerrando o semestre com uma carteira de títulos livres da ordem de R\$ 2.471.301 mil (31/12/2019 R\$ 1.566.285 mil).

O total da carteira de crédito, incluindo repasses interfinanceiros e garantias prestadas, atingiu o saldo de R\$ 4.887.069 mil (31/12/2019 R\$ 5.116.652 mil). Merece destaque, a excelente qualidade da carteira de crédito, demonstrada pela concentração de 99,9% (31/12/2019 99,6%) das operações classificadas entre os níveis de risco “AA” a “C” em conformidade com a regulamentação em vigor do Banco Central do Brasil, e pelo baixo índice de inadimplência. O volume de créditos vencidos acima de 14 dias totalizou R\$ 16 mil (31/12/2019 R\$ 14.111 mil). O saldo da provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito atingiu R\$ 50.811 mil (31/12/2019 R\$ 56.517 mil), correspondente a 1,9% (31/12/2019 1,6%) do

total da carteira de crédito, 80,6% (31/12/2019 48,0%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.

OUVIDORIA

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução BACEN nº 4.433, de 27/07/2015.

DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras do Banco, ou pessoas a ela ligada, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Conforme Instrução CVM nº 552, de 09/10/2014, a Diretoria declara que em reunião realizada em 11/08/2020, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2020.

AGRADECIMENTOS

É indispensável traduzir o reconhecimento do Banco ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 11 de agosto de 2020.

DIRETORIA

Diretor Presidente

Fabio Alberto Amorosino

Diretores

Adilson Augusto Martins Júnior Ana Paula Soler Moreno Fachim
Antonio José Ambrozano Neto Camila da Silva Zago Fabiano Siqueira de Oliveira
Fabio de Sarandy Raposo

Este Relatório da Administração preparado pela Diretoria foi examinado e aprovado em reunião dos Conselhos de Administração e Fiscal de 11 de agosto de 2020.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Christophe Yvan Francois Cadier

Conselheiros

Antonio César Santos Costa Luiz Alves Paes de Barros
Paulo José Ernesto Coelho Rubens Bution

BALANÇO PATRIMONIAL (EM R\$ MIL)

	Nota	30/06/2020	31/12/2019
	Explicativa		
ATIVO			
CIRCULANTE		11.875.145	7.825.639
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	03	5.290.943	1.215.245
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		6.375.399	6.519.869
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	04	1.180.616	1.744.198
Títulos e Valores Mobiliários	05	3.109.420	2.490.825
Instrumentos Financeiros Derivativos	06	1.198	21.917
Relações Interfinanceiras		115.917	31.386
Operações de Crédito	07	1.968.248	2.231.543
PROVISÕES PARA PERDA ESPERADA ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	07d	(31.021)	(26.885)
PROVISÕES PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS		(189)	(189)
OUTROS ATIVOS	08	240.013	117.599
NÃO CIRCULANTE		5.131.632	4.136.931
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		4.192.658	3.203.579
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		4.091.430	3.113.686
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	04	2.846.152	1.785.789
Títulos e Valores Mobiliários	05	490.205	299.766
Instrumentos Financeiros Derivativos	06	4.112	3.619
Relações Interfinanceiras		-	24.674
Operações de Crédito	07	750.961	999.838
PROVISÕES PARA PERDA ESPERADA ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	07d	(19.790)	(29.632)
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	09b	87.461	74.268
OUTROS ATIVOS	08	33.557	45.257
INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS		932.482	926.688
IMOBILIZADO DE USO		14.722	14.167
INTANGÍVEL		2.956	2.885
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(11.186)	(10.388)
ATIVO TOTAL		17.006.777	11.962.570

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL (EM R\$ MIL)

	Nota	30/06/2020	31/12/2019
	Explicativa		
PASSIVO			
CIRCULANTE		9.805.179	6.633.420
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		9.529.844	6.496.640
Depósitos	10	5.007.596	883.905
Operações Compromissadas	10	1.033.014	1.127.155
Recursos de Letras Hipotecárias, Imobiliárias, de Crédito e Similares	10	2.981.971	3.816.333
Relações Interdependências		18.553	12.527
Obrigações por Empréstimos e Repasses	10	488.322	650.666
Instrumentos Financeiros Derivativos	06	388	6.054
PROVISÕES		946	1.043
Contingências Tributárias, Trabalhista e Cíveis	11	946	1.043
OUTROS PASSIVOS	12	274.389	135.737
NÃO CIRCULANTE		5.691.313	3.840.832
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		5.666.986	3.814.520
Depósitos	10	2.484.132	981.274
Recursos de Letras Hipotecárias, Imobiliárias, de Crédito e Similares	10	2.530.876	2.223.783
Obrigações por Empréstimos e Repasses	10	651.975	609.462
Instrumentos Financeiros Derivativos	06	3	1
PROVISÕES		5.547	19.384
Contingências Tributárias, Trabalhista e Cíveis	11	5.547	19.384
OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS	09b	18.105	5.983
OUTROS PASSIVOS	12	675	945
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	1.510.285	1.488.318
CAPITAL SOCIAL		725.700	697.200
RESERVAS DE CAPITAL		2.800	12.264
RESERVAS DE LUCROS		781.580	779.131
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		678	-
AÇÕES EM TESOURARIA		(473)	(277)
PASSIVO TOTAL		17.006.777	11.962.570

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (EM R\$ MIL)

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

	Nota	2020	2019
	Explicativa		
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		570.496	459.269
Operações de Crédito	07g	205.195	143.442
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários		240.389	311.597
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		96.599	-
Resultado de Operações de Câmbio		28.260	4.230
Operações de vendas ou transferência de ativos financeiros		53	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(494.272)	(388.604)
Operações de Captação no Mercado		(207.029)	(330.456)
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		-	(11.076)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(280.104)	(37.166)
Provisão para Perda Esperada Associadas ao Risco de Crédito	07e	(7.139)	(9.906)
RESULTADO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		76.224	70.665
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		32.958	34.212
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias		21.706	22.020
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	18	6.052	9.026
Outras Receitas Operacionais	17a	5.200	3.166
PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS		(77.298)	(60.975)
Despesas de Pessoal		(37.920)	(36.332)
Despesas Administrativas	17b	(19.778)	(17.743)
Despesas Tributárias		(5.878)	(5.075)
Outras Despesas Operacionais	17c	(13.722)	(1.825)
DESPESAS DE PROVISÕES		(398)	(4.978)
Provisões com Contingências Tributárias, Trabalhistas e Cíveis		(398)	(4.978)
(=) RESULTADO OPERACIONAL		31.486	38.924
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		152	133
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		31.638	39.057
TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO		(392)	(11.022)
Imposto de renda e contribuição social	09	1.686	(9.031)
Provisão para imposto de renda		(5.698)	(5.521)
Provisão para contribuição social		(5.809)	(3.655)
Ativo fiscal diferido		13.193	145
Participação nos lucros		(2.078)	(1.991)
Empregados		(2.078)	(1.991)
RESULTADO LÍQUIDO		31.246	28.035
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		352,94	316,55

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (EM R\$ MIL)

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
LUCRO LÍQUIDO	31.246	28.035
Outros Resultados Abrangentes do Semestre		
Resultado de Avaliação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	678	(2.163)
Outros Resultados Abrangentes do Semestre, Líquido de Impostos	678	(2.163)
Total de Resultados Abrangentes do Semestre	31.924	25.872

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM R\$ MIL
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

EVENTOS	Capital	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31/12/2018	679.000	-	12.264	749.696	2.163	-	-	1.443.123
AUMENTO DE CAPITAL - AGE 25/04/2019	18.200	-	-	(18.200)	-	-	-	-
OUTROS EVENTOS :								
Aquisição de Ações Próprias	-	-	-	-	-	(220)	-	(220)
Ajuste ao Valor de Mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	-	(2.163)	-	-	(2.163)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	28.035	28.035
DESTINAÇÕES :								
Reservas	-	-	-	22.708	-	-	(22.708)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(5.327)	(5.327)
SALDOS EM 30/06/2019	697.200	-	12.264	754.204	-	(220)	-	1.463.448
MUTAÇÕES DO PERÍODO	18.200	-	-	4.508	(2.163)	(220)	-	20.325
SALDOS EM 31/12/2019	697.200	-	12.264	779.131	-	(277)	-	1.488.318
AUMENTO DE CAPITAL - AGE 24/04/2020	-	28.500	(9.464)	(19.036)	-	-	-	-
OUTROS EVENTOS :								
Aquisição de Ações Próprias	-	-	-	-	-	(196)	-	(196)
Ajuste ao Valor de Mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	-	678	-	-	678
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	31.246	31.246
DESTINAÇÕES :								
Reservas	-	-	-	21.485	-	-	(21.485)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(9.761)	(9.761)
SALDOS EM 30/06/2020	697.200	28.500	2.800	781.580	678	(473)	-	1.510.285
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	28.500	(9.464)	2.449	678	(196)	-	21.967

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (EM R\$ MIL) - MÉTODO INDIRETO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

	2020	2019
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	31.246	28.035
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO	1.729	6.945
- Depreciações e Amortizações	817	760
- Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	(6.052)	(9.026)
- Provisão para Perda de TVM com Características de Crédito	2.697	(795)
- Provisões para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	7.139	9.906
- Provisão de Passivos Contingentes	(864)	3.943
- Atualização de Depósitos Judiciais	(322)	(1.148)
- Resultado Ativo Fiscal Diferido	(13.193)	(145)
- Resultado Passivo Fiscal Diferido	11.507	3.450
(AUMENTO)/ REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS	(1.575.022)	(1.150.374)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.223.436)	(792.078)
Títulos e Valores Mobiliários	(699.952)	132.146
Instrumentos Financeiros Derivativos	20.226	5.670
Relações Interfinanceiras	(59.857)	(14.182)
Operações de Crédito	512.172	(450.436)
Outros Ativos	(111.330)	(11.904)
Provisões para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	(12.845)	(10.054)
Ativo Fiscal Diferido	-	1.400
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	-	(11.136)
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	-	200
AUMENTO/ (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	5.015.490	1.251.748
Depósitos	5.626.549	331.575
Operações Compromissadas	(94.141)	275.231
Recursos de Letras Hipotecárias, Imobiliárias, de Crédito e Similares	(527.269)	688.424
Relações Interdependências	6.026	(20.245)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(119.831)	(22.712)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(5.664)	285
Contingências Tributárias, Trabalhista e Cíveis	(13.070)	(3.358)
Passivo Fiscal Diferido	615	(3.245)
Outros Passivos	143.749	11.354
Pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.474)	(5.561)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.473.443	136.354
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Imobilizados de Uso	(522)	(419)
Aplicações no Intangível	(122)	(114)
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Recebidos	1.196	1.648
Alienação de Investimento	-	1
Alienação de Imobilizados de Uso	-	11
Títulos Mantidos até o Vencimento	(111.101)	93.476
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(110.549)	94.603
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aquisição de Ações Próprias	(196)	(220)
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	(13.655)	(9.805)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(13.851)	(10.025)
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	3.349.043	220.932
Caixa e Equivalentes no Início do Semestre	767.297	715.885
Caixa e Equivalentes no Final do Semestre	4.116.340	936.817
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	3.349.043	220.932

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (EM R\$ MIL)
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO**

	2020	2019
1. RECEITAS	590.415	474.682
Intermediação Financeira	570.496	459.269
Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	21.706	22.020
Provisão para Perda Esperada Associadas ao Risco de Crédito	(7.139)	(9.906)
Outras Receitas Operacionais	5.200	3.166
Resultados Não Operacionais	152	133
2. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	487.133	378.698
3. MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	30.855	21.701
Materiais, Energia e Outros (Materiais de consumo, telefone e água)	884	502
Serviços de Terceiros	29.971	21.199
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	72.427	74.283
5. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	817	760
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	71.610	73.523
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6.052	9.026
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	6.052	9.026
8. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)	77.662	82.549
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	77.662	82.549
Pessoal	33.550	32.259
Remuneração Direta	27.756	26.925
Benefícios	3.189	2.994
F.G.T.S.	2.605	2.340
Impostos, Taxas e Contribuições	10.640	20.170
Federais	9.736	19.284
Estaduais	19	20
Municipais	885	866
Remuneração de Capitais de Terceiros	2.217	2.085
Aluguéis	2.217	2.085
Outras (Doações Filantrópicas)	9	-
Remuneração de Capitais Próprios	31.246	28.035
Juros sobre o Capital Próprio	9.761	5.327
Lucros Retidos do Semestre	21.485	22.708

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019 - EM R\$ MIL

01. ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Atividade e estrutura do Grupo

O Conglomerado Financeiro Alfa tem suas origens no ano de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e posteriormente criou as outras empresas financeiras que constituíam o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento S.A., Companhia Real de Investimento – C.F.I., Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Financeiro Alfa (“Conglomerado”), que foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial).

O Conglomerado é composto por 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial. O Banco Alfa de Investimento S.A. (“Banco”) é a instituição financeira líder do Conglomerado, a qual controla diretamente a Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., a Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e a BRI Participações Ltda.. Além destas entidades, o Conglomerado é integrado pela Financeira Alfa S.A. – C.F.I. e o Banco Alfa S.A.. O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A.- C.F.I. são companhias abertas com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”).

Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros.

O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba, Santo André e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos.

O controlador do Banco Alfa de Investimento S.A. possui ainda relevantes investimentos em áreas não financeiras, não consolidadas nestas demonstrações financeiras: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (C&C Casa e Construção); Agropecuária e Agroindústria (Agropalma); Águas Minerais (Águas Prata); Alimentos (Sorvetes La Basque); Cultural (Teatro Alfa); Comunicações (Rádio Transamérica e TV Transamérica) e Indústria de Couro (Soubach).

(b) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Banco Central do Brasil (“BACEN”), da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), onde essas normas e instruções não forem conflitantes. Essas demonstrações financeiras foram concluídas em 10/08/2020 e aprovadas pelos Conselhos de Administração e Fiscal em 11/08/2020.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de arrendamento

mercantil, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários.

Em 28/12/07, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, visando permitir a convergência às normas internacionais de contabilidade. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo CPC, dependem de normatização por parte do CMN. Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às demonstrações financeiras de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro; ix) com exceção das disposições relacionadas a operações de arrendamento mercantil financeiro, o Pronunciamento Estrutural Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados.

(b.1) O BACEN através da Resolução CMN nº 4.720/19 regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no Cosif em relação aos padrões internacionais (IFRS), e, através da circular nº 3.959/19 estabeleceu as diretrizes que passaram ser aplicadas a partir de 01/01/2020. Dentre as principais alterações implementadas foram: i) A nova estrutura e as contas do Balanço Patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; ii) a nova estrutura da Demonstração de Resultado do Exercício que reduziu o número de linhas visando se aproximar ao padrão internacional e o ativo e, iii) passivo fiscal diferido que passou a ser apresentado exclusivamente no realizável e exigível a longo prazo. Apresentamos a reconciliação dos saldos apresentados com modificações de saldos ou nomenclatura em períodos anteriores como segue:

Classificação do Cosif	31/12/2019	01/01/2020	Nova classificação
Disponibilidades	2.303	2.303	Caixa e equivalentes de caixa
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.742.929	4.094.804	Instrumentos financeiros
		648.125	Caixa e equivalentes de caixa
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.816.127	2.816.127	Instrumentos financeiros
Relações interfinanceiras	260.335	260.335	Instrumentos financeiros
Operações de crédito	2.035.902	2.057.708	Instrumentos financeiros
		(21.806)	Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito
Outros créditos	1.070.266	885.238	Instrumentos financeiros
		(27.096)	Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito
		74.268	Créditos tributários
		137.856	Outros ativos
Outros valores e bens	26.065	26.065	Outros ativos
Investimentos	926.741	926.930	Investimentos em participações em controladas e coligadas
		(189)	Provisão para redução ao valor recuperável de ativos
Imobilizado de uso	5.636	14.167	Imobilizado de uso
		(8.531)	Depreciações e amortizações
Intangível	1.029	2.885	Intangível
		(1.856)	Depreciações e amortizações
Total ativo	11.887.333	11.887.333	

Classificação do Cosif	31/12/2019	01/01/2020	Nova classificação
Depósitos	1.865.179	1.865.179	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Captações no mercado aberto	1.127.155	1.127.155	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Recursos de aceites e emissão de títulos	6.040.116	6.040.116	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Relações interdependências	12.527	12.527	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Obrigações por empréstimos e repasses	1.260.128	1.260.128	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros derivativos	6.055	6.055	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Outras obrigações	79.007	5.983	Obrigações fiscais diferidas
		20.427	Provisões
		7.615	Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito
		(82.853)	Instrumentos financeiros
		127.835	Outros passivos
Resultado de exercícios futuros	8.848	8.848	Outros passivos
Capital social	697.200	697.200	Capital social
Reserva de lucros	791.395	791.395	Reservas
Ações em tesouraria	(277)	(277)	Ações em tesouraria
Total passivo	11.887.333	11.887.333	

02. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

(a) Apuração do resultado: As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vencidas são reconhecidas até o 59º dia como receita, e, a partir do 60º dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art. 9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.

(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo: Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares BACEN nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002 (vide notas explicativas nº 05 “b” e 06). A provisão perda esperada associadas ao risco de crédito foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure a adequada provisão em montante suficiente para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999 (vide nota explicativa nº 07 “d”).

(c) Títulos e valores mobiliários: A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001:

I – Títulos para negociação;

II – Títulos disponíveis para venda;

III – Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria “títulos para negociação” são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados.

Na categoria “títulos mantidos até o vencimento” são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existem intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento.

Na categoria “títulos disponíveis para venda” estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida:

- i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação”; e
- ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”. Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento” são reconhecidas no resultado do período. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data de balanço, através de coleta de preços divulgados por entidades independentes no mercado especializadas na divulgação deste tipo de informação e, quando indisponíveis, este valor é obtido através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço.

(d) Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Banco ou para atender solicitações de seus clientes. As valorizações ou desvalorizações são registradas em “resultado com instrumentos financeiros derivativos”.

Os instrumentos financeiros derivativos realizados pelo Banco com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, e/ou Circular BACEN nº 3.129, de 27/02/2002 são classificados como *hedge* de risco de mercado (valor justo). Os instrumentos financeiros registrados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado.

O Banco, conforme descrito na nota explicativa nº 06, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, fez uso de instrumentos financeiros derivativos em moeda local, classificados como *hedge* de risco de mercado, tendo como objeto operações de empréstimos obtidos em moeda estrangeira e para o 1º semestre de 2020 passou a fazer uso de instrumentos financeiros derivativos para proteção das operações de depósitos interfinanceiros, com empresas do grupo.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela B3.

As operações de captação e depósitos interfinanceiros designadas para *hedge* de risco de mercado, como previsto na Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 para cada respectivo vencimento, sendo: Dólar x DI para operações de captação e DI x Pré para operações com depósitos interfinanceiros. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, assim, na mensuração subsequente reconhece-se em contrapartida ao resultado do período as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras.

A efetividade da proteção (*hedge*), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota nº 06 destas demonstrações financeiras.

(e) Ativo permanente: Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 18).
- Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: imóveis 4%, veículos e processamento de dados 20% e demais itens 10%.
- Amortização, basicamente, de despesas com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos.

(f) Passivos circulante e exigível a longo prazo: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(g) Impostos e contribuições: As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda: 15% mais adicional de 10%, contribuição social a) 15% para o exercício de 2019; b) 20% para o Banco a partir de 01/03/2020 conforme o artigo 32 da emenda constitucional 103 publicada em 13/11/2019; PIS: 0,65% e COFINS: 4%. Também é observada pelo Banco a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota explicativa nº 09 “b”).

(h) Estimativas contábeis: No processo de elaboração das demonstrações financeiras do Banco, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com:

- Provisões para perda esperada associadas ao risco de crédito (vide nota explicativa nº 07 “e”);
- Instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 06);
- Ativos tributários diferidos (vide nota explicativa nº 09 “b”); e
- Passivos contingentes (vide nota explicativa nº 11).

A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados.

(i) Ativos e passivos contingentes: Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009 e Carta-Circular BACEN nº 3.429, de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros.

- i) Ativos contingentes – não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.
- ii) Passivos contingentes – fiscais e previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 11) – decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e risco de crédito em coobrigações e garantias prestadas.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança.

(j) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

03. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e disponibilidades em bancos	2.724	2.303
Caixa	2	2
Disponibilidades em moeda nacional	2.077	1.852
Disponibilidades em moeda estrangeira	645	449
Aplicações no mercado aberto : Títulos públicos do tesouro nacional	1.648.950	556.999
Posição bancada	1.648.950	556.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros (i)	3.623.171	648.125
- de ligadas	3.623.171	648.125
Aplicações em moedas estrangeiras	16.098	7.818
Total	5.290.943	1.215.245

(i) Aplicações em depósitos interfinanceiros cujos prazos de vencimentos são iguais ou inferiores a 90 dias.

04. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	<u>de 91 a 360 dias</u>	<u>de 361 a 1.080 dias</u>	<u>Acima de 1.080 dias</u>	<u>Saldo em 30/06/2020</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros				
- de ligadas	1.034.147	2.431.885	39.567	3.505.599
- item objeto de hedge	146.469	286.829	87.871	521.169
Total	1.180.616	2.718.714	127.438	4.026.768
	<u>de 91 a 360 dias</u>	<u>de 361 a 1.080 dias</u>	<u>Acima de 1.080 dias</u>	<u>Saldo em 31/12/2019</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros				
- de ligadas	1.617.616	1.785.283	506	3.403.405
- de terceiros	126.582	-	-	126.582
Total	1.744.198	1.785.283	506	3.529.987

05. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

(a) Composição da carteira

	30/06/2020	31/12/2019
Títulos do tesouro nacional	2.012.941	1.123.281
Letras financeiras do tesouro	1.247.823	677.681
Letras do tesouro nacional	482.837	445.600
Notas do tesouro nacional	282.281	-
Ações de companhias abertas	23.201	-
Notas promissórias	97.107	19.316
Debêntures	188.547	200.915
Cédulas de produto rural	149.505	222.773
Títulos livres	2.471.301	1.566.285
Títulos do tesouro nacional	960.283	1.133.374
Letras financeiras do tesouro	88.437	87.289
Letras do tesouro nacional	871.846	1.046.085
Debêntures	168.041	90.932
Títulos vinculados	1.128.324	1.224.306
Total	3.599.625	2.790.591

(b) Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria e faixas de vencimento

	30/06/2020								31/12/2019		
	sem data de vencimento	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Valor contábil	Valor de custo (i)	Marcação a mercado	Valor contábil	Valor de custo (i)	Marcação a mercado
Títulos do tesouro nacional	-	446.706	287.639	1.302.321	367.197	2.403.863	2.372.016	31.847	2.256.655	2.246.068	10.587
Letras financeiras do tesouro	-	346.715	287.639	334.709	367.197	1.336.260	1.336.410	(150)	764.970	764.932	38
Letras do tesouro nacional	-	99.991	-	967.612	-	1.067.603	1.035.606	31.997	1.491.685	1.481.136	10.549
Ações de companhias abertas	23.201	-	-	-	-	23.201	22.447	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	21.820	1.007	22.827	22.803	24	79.695	79.709	(14)
Títulos para negociação (ii)	23.201	446.706	287.639	1.324.141	368.204	2.449.891	2.417.266	31.871	2.336.350	2.325.777	10.573
Títulos do tesouro nacional	-	-	271.730	287.080	10.551	569.361	568.095	1.266	-	-	-
Letras do tesouro nacional	-	-	-	287.080	-	287.080	286.280	800	-	-	-
Notas do tesouro nacional	-	-	271.730	-	10.551	282.281	281.815	466	-	-	-
Debêntures	-	-	-	15.031	-	15.031	15.004	27	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	-	-	271.730	302.111	10.551	584.392	583.099	1.293	-	-	-
Notas promissórias	-	-	77.145	19.962	-	97.107	97.107	-	19.316	19.316	-
Cédulas de produto rural	-	6.979	95.165	47.361	-	149.505	149.505	-	222.773	222.773	-
Debêntures	-	-	208.510	110.220	-	318.730	318.730	-	212.152	212.152	-
Títulos mantidos até o vencimento	-	6.979	380.820	177.543	-	565.342	565.342	-	454.241	454.241	-
Títulos e valores mobiliários	23.201	453.685	940.189	1.803.795	378.755	3.599.625	3.565.707	33.164	2.790.591	2.780.018	10.573

(i) Valor de custo: representado pelo valor de custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(ii) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

Os títulos foram classificados nas categorias:

- "**Títulos para negociação**" e "**Títulos disponíveis para venda**": o valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço e foi obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3. Títulos e valores mobiliários que não possuem cotação no mercado são avaliados através de modelos internos de avaliação que consideram curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas.

(i) O ajuste positivo dos títulos para negociação no montante de R\$ 31.871 (31/12/2019 R\$ 10.573), obtido entre os valores de custo e de mercado, foi registrado sob o título de "Resultado com títulos e valores mobiliários".

(ii) O ajuste positivo dos títulos disponíveis para venda no montante de R\$ 1.293 (31/12/2019 R\$ zero) obtido entre os valores de custo e de mercado foi registrado em conta adequada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

- "**Títulos mantidos até o vencimento**": classificados em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Banco em mantê-los até o vencimento, comprovada com base em projeção de fluxo de caixa conforme exigência do BACEN. Esses títulos foram mantidos pelo seu valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais foram registrados no resultado do período. O valor de mercado desses títulos na data do balanço totalizava R\$ 567.472 (31/12/2019 R\$ 454.411).

Os títulos privados são custodiados na B3, os títulos públicos no Selic e as ações na CBLC.

(c) Composição de títulos vinculados

	30/06/2020	31/12/2019
Vinculados a operações compromissadas	1.039.887	1.137.017
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	53.341	80.769
Títulos dados em garantia de operações de clearing de câmbio	33.414	4.866
Títulos dados em garantia em ações judiciais	1.682	1.654
Total	1.128.324	1.224.306

06. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tanto para atender as necessidades de seus clientes como na execução de sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos contidos nos instrumentos financeiros em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para o Banco, com acompanhamento pela Área de Risco e com a autorização do Diretor de Tesouraria.

Para comercializar instrumentos financeiros derivativos com os clientes é necessária a existência de limites de crédito previamente aprovados e tais operações são neutralizadas de forma a eliminar eventuais riscos trazidos para o Banco.

Os principais fatores de risco dos instrumentos financeiros derivativos assumidos até 30/06/2020 eram relacionados a taxas pré-fixadas e taxas de câmbio, e todas as operações foram efetuadas para neutralizar exposições com outros instrumentos financeiros da carteira. Portanto, na referida data-base não havia instrumentos financeiros derivativos com outros objetivos que não fossem para proteção patrimonial.

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, de *swap* e de opções, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas, mercado interfinanceiro (DI), variação cambial ou índice de preços e correspondiam somente a operações para proteção patrimonial.

Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo).

Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor de referência, custo amortizado e valor justo:

(a) Instrumentos financeiros derivativos:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Instrumentos financeiros derivativos para negociação	4.919	19.481
Ativo instrumento financeiro de curto prazo	1.198	21.917
Ativo instrumento financeiro de longo prazo	4.112	3.619
Passivo instrumento financeiro de curto prazo	(388)	(6.054)
Passivo instrumento financeiro de longo prazo	(3)	(1)
Total	4.919	19.481

(b) Instrumentos financeiros derivativos para negociação:

	<u>30/06/2020</u>			<u>31/12/2019</u>		
	<u>Valor de Referência</u>	<u>Custo Amortizado</u>	<u>Valor Justo</u>	<u>Valor de Referência</u>	<u>Custo Amortizado</u>	<u>Valor Justo</u>
Pré	-	-	-	100.000	113.874	115.708
Mercado interfinanceiro	-	-	-	117.740	129.272	129.272
Moeda estrangeira	-	-	-	317.762	365.909	366.214
Índices	52.515	58.960	62.262	52.477	58.471	61.787
Posição ativa	52.515	58.960	62.262	587.979	667.526	672.981
Pré	-	-	-	100.000	113.874	115.707
Mercado interfinanceiro	52.515	57.158	57.158	470.239	518.174	518.174
Moeda estrangeira	-	-	-	17.740	19.314	19.619
Posição passiva	52.515	57.158	57.158	587.979	651.362	653.500
Total - contratos de swaps - exposição líquida	-	1.802	5.104	-	16.164	19.481
Prêmios de opções	-	(147)	(185)	-	-	-
Total			4.919			19.481

(c) Contratos de futuros:**Negociação:**

	<u>30/06/2020</u>			<u>31/12/2019</u>		
	<u>Quantidade de Contratos</u>	<u>Valor de Referência</u>	<u>Valor Justo</u>	<u>Quantidade de Contratos</u>	<u>Valor de Referência</u>	<u>Valor Justo</u>
Compromissos de compra – DI	9.885	974.242	-	13.750	1.350.249	-
Compromissos de venda – DI	14.635	(1.423.668)	-	31.055	(2.977.834)	-
Compromissos de compra – Dólar	60	16.428	-	5	1.006	-
Compromissos de venda – Dólar	70	(19.148)	-	-	-	-
Compromissos de compra – Índices	50	4.767	-	20	2.319	-
Compromissos de venda – Índices	85	(8.104)	-	20	(2.319)	-
Total - contratos futuros	24.785	(455.483)	-	44.850	(1.626.579)	-

Hedge:

	<u>Quantidade de Contratos</u>			<u>Quantidade de Contratos</u>		
	<u>Quantidade de Contratos</u>	<u>Valor de Referência</u>	<u>Valor Justo</u>	<u>Quantidade de Contratos</u>	<u>Valor de Referência</u>	<u>Valor Justo</u>
Compromissos de venda – DI	5.635	(532.180)	-	-	-	-
Total - contratos futuros	5.635	(532.180)	-	-	-	-

(d) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "instrumentos financeiros derivativos":

	Ativo		Passivo	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Swaps	5.107	25.536	3	6.055
Prêmios de opções	203	-	388	-
Total	5.310	25.536	391	6.055

(e) Os instrumentos financeiros derivativos registrados possuíam os seguintes vencimentos:

	30/06/2020				31/12/2019					
	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total
Swaps	131	864	3.863	246	5.104	75	15.788	3.491	127	19.481
Prêmios de opções	84	(269)	-	-	(185)	-	-	-	-	-
Total	215	595	3.863	246	4.919	75	15.788	3.491	127	19.481

(f) Os seguintes resultados foram reconhecidos sob o título "instrumentos financeiros derivativos":

	1º semestre			
	2020			2019
	Negociação	Hedge	de valor justo	Total
Swaps	135.254	-	-	135.254
Futuro	(37.038)	(1.578)	-	(38.616)
Prêmios de opções	(39)	-	-	(39)
Total	98.177	(1.578)	-	96.599

(g) O total do ajuste de marcação a mercado registrado no resultado foi de:

	1º semestre	
	2020	2019
Swaps	(15)	603
Prêmios de opções	(38)	(401)
Total	(53)	202

(h) **Contabilidade de Hedge:** O Banco adota a política de se proteger do risco de taxa de juros advindo de operações com depósitos interfinanceiros pré-fixadas em consonância com suas políticas de gestão de risco, levando em consideração as taxas de captação praticadas. Através da estratégia de *hedge* a Administração tem por objetivo proteger o *spread* de suas operações com depósitos interfinanceiros. Nos termos da Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, o Banco utilizou a prerrogativa de reconhecimento dessas operações e do respectivo objeto de *hedge* pela contabilidade de *hedge*.

(i) **Análise de sensibilidade:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 475, de 17/12/08, o Banco realiza análises de sensibilidade de suas operações que possam expô-los a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa.

O quadro disposto abaixo traz valores das exposições em análise, bem como os testes de sensibilidade das mesmas, considerando-se três cenários de estresse possíveis: (a) situação de estresse determinada pelo Banco e aprovada em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM), a qual se baseia em cenário de estresse divulgado pela B3 na data-base destas demonstrações financeiras; (b) situação de estresse considerada pelo Banco com deterioração de, pelo menos, 25% na variável de risco considerada; e (c) situação de estresse considerada pelo Banco com deterioração de, pelo menos, 50% na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários (b) e (c) abaixo estão sendo apresentados por

exigência da Instrução CVM nº 475, entretanto, referem-se a cenários que a Administração do Banco não acredita que possam ocorrer.

30/06/2020				
Exposição	MTM - Exposição	Estresse - Alfa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
		cenário (a)	cenário (b)	cenário (c)
Pré-fixado	2.531.641	(28.149)	(21.830)	(42.722)
Cupom de Inflação	10.290	(2.648)	(1.869)	(4.259)
Bolsa	19.865	(3.013)	(4.642)	(9.284)
Câmbio	5.823	(585)	(2.293)	(4.469)

31/12/2019				
Exposição	MTM - Exposição	Estresse - Alfa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
		cenário (a)	cenário (b)	cenário (c)
Pré-fixado	1.131.791	(830)	(1.588)	(3.018)
Cupom de Inflação	(2.399)	108	879	1.331
Câmbio	5.643	933	1.081	2.124

Foi considerada para a análise apresentada acima, a exposição líquida das operações (posições ativas menos posições passivas), ressaltando que estão incluídas todas as posições de derivativos contratadas.

07. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

(a) Composição da carteira de crédito

	30/06/2020	31/12/2019
Empréstimos	543.373	888.671
Financiamentos	980.263	1.167.789
Financiamentos rurais	1.097	1.248
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos relacionados	166.165	84.160
Outros créditos (i)	1.028.311	1.089.513
Total da carteira	2.719.209	3.231.381
Repasse Interfinanceiros	115.917	56.060
Garantias prestadas (ii)	2.051.943	1.829.211
Total geral	4.887.069	5.116.652

(i) Composto por títulos e créditos a receber sem coobrigação do cedente, ou retenção de riscos e benefícios, com vencimento até 07/05/2021 à taxa de 3,35% ao ano até 17,46% ao ano no montante de R\$ 984.234 (31/12/2019 R\$ 883.238), devedores por compra de valores e bens no montante de R\$ 800 (31/12/2019 R\$ 2.000) e transações por meio de pagamento no montante de R\$ 43.277 (31/12/2019 R\$ 204.275).

(ii) Garantias prestadas estão registradas em contas de compensação. Os montantes garantidos eram de R\$ 2.001.894 (31/12/2019 R\$ 1.810.972) referente a fianças prestadas e de R\$ 50.049 (31/12/2019 R\$ 18.239) referente a créditos abertos para importação.

O Banco realiza operações de captação através de “letras de crédito do agronegócio” e “letras de crédito imobiliário”, classificadas no grupo “recursos de aceites e emissão de títulos”, conforme descrito na nota explicativa nº 10, lastreadas na data destas demonstrações financeiras, no montante de R\$ 685.907 (31/12/2019 R\$ 758.458), sendo R\$ 532.690 (31/12/2019 R\$ 533.891) por operações de crédito e R\$ 153.217 (31/12/2019 R\$ 224.567) por títulos de crédito (classificados no grupo “títulos e valores mobiliários”).

(b) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor	%	Valor	%
Setor Privado				
Rural	18.680	0,7	28.552	0,9
Indústria	1.486.803	54,7	1.698.562	52,5
Comércio	524.856	19,3	564.861	17,5
Instituições financeiras	79.642	2,9	118.316	3,7
Serviços	609.060	22,4	820.872	25,4
Pessoas físicas	168	-	218	-
Total da carteira	2.719.209	100,0	3.231.381	100,0

(c) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento

Parcelas por Faixas de Vencimento	30/06/2020				31/12/2019			
	A Vencer	Vencidos	Total	%	A Vencer	Vencidos	Total	%
até 180 dias	1.565.950	11	1.565.961	57,6	1.702.359	529	1.702.888	52,7
de 181 a 360 dias	402.298	-	402.298	14,8	529.184	467	529.651	16,4
acima de 360 dias	750.945	-	750.945	27,6	985.727	156	985.883	30,5
Total vincendas	2.719.193	11	2.719.204	100,0	3.217.270	1.152	3.218.422	99,6
até 60 dias	-	5	5	-	-	459	459	-
de 61 a 180 dias	-	-	-	-	-	625	625	-
acima de 180 dias	-	-	-	-	-	11.875	11.875	0,4
Total vencidas	-	5	5	-	-	12.959	12.959	0,4
Total da carteira	2.719.193	16	2.719.209	100,0	3.217.270	14.111	3.231.381	100,0

(d) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco

A Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição da provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações.

A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na referida Resolução, estão demonstrados a seguir:

Níveis de Risco	30/06/2020					31/12/2019				
	Saldo da Carteira de Crédito			Provisão(i)		Saldo da Carteira de Crédito			Provisão(i)	
	A Vencer (ii)	Vencidos	Total	Mínima Exigida	Contábil	A Vencer (i)	Vencidos	Total	Mínima Exigida	Contábil
AA	998.138	-	998.138	-	-	1.526.951	-	1.526.951	-	-
A	687.972	-	687.972	7.128	7.128	808.211	-	808.211	7.370	7.370
B	849.433	16	849.449	12.652	27.093	640.562	-	640.562	8.571	11.069
C	182.737	-	182.737	8.083	16.288	241.546	1.270	242.816	9.405	25.237
E	913	-	913	274	302	-	-	-	-	-
H	-	-	-	-	-	-	12.841	12.841	12.841	12.841
Total	2.719.193	16	2.719.209	28.137	50.811	3.217.270	14.111	3.231.381	38.187	56.517

(i) Inclui provisão para garantias prestadas que estão registradas em contas de compensação.

(ii) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

(e) Movimentação da provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito

	1º semestre	
	2020	2019
Saldo inicial do semestre	56.517	52.491
Complemento líquido de reversão	7.139	9.906
Baixas líquidas dos valores recuperados	(12.845)	(10.054)
Saldo final do semestre	50.811	52.343

A provisão atingiu o saldo de R\$ 50.811 (31/12/2019 R\$ 56.517), correspondente a 1,9% (31/12/2019 1,7%) do total da carteira. A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, decorre das análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas.

A provisão para garantias financeiras prestadas foi constituída com base na melhor estimativa no montante não recuperável da garantia, caso tal desembolso seja provável. As provisões constituídas eram, respectivamente: R\$ 10.447 (31/12/2019 R\$ 7.615).

Foram amortizados créditos para prejuízo no montante de R\$ 12.845 (1º semestre/2019 R\$ 10.936) e ocorreram recuperações no montante de R\$ 3.082 (1º semestre/2019 R\$ 13.746).

Como renegociação é qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. Além disso, em resposta aos impactos da pandemia do COVID 19 na economia, o BACEN emitiu, em março de 2020, a Resolução nº 4.782 que introduziu medidas de flexibilização no tratamento de créditos renegociados. No mesmo mês, o BNDES permitiu a suspensão temporária no pagamento dos empréstimos contratados de forma direta ou indireta com a instituição, medida conhecida como *standstill*.

Nesse contexto, o Banco concedeu ajustes pontuais a alguns de seus clientes, tanto pessoas físicas quanto jurídicas. Em 30/06/2020, o montante total de operações com essa característica somava R\$ 386.044, equivalente a 7,9% da carteira. Em 31/12/2019, não havia situação similar a esta para fins de comparação.

Para aqueles contratos com alteração nos prazos de vencimento, acordo e que tenham apresentado deterioração nas condições de riscos apresentados anteriormente, o saldo de renegociados em 30/06/2020 é de R\$ 913 (31/12/2019 – não havia saldo de créditos renegociados).

(f) Cessão de crédito

No 1º semestre/2020 o Banco passou a realizar operações de crédito sem coobrigação, transferência dos riscos com instituição financeira ligada no montante de R\$ 1.189.323. A receita reconhecida no semestre foi de R\$ 53.

(g) Rendas de operações de crédito

	1º semestre	
	2020	2019
Rendas de financiamentos	109.476	54.132
Rendas de empréstimos e repasses interfinanceiros	92.637	76.446
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.082	12.864
Total	205.195	143.442

08. OUTROS ATIVOS

	30/06/2020	31/12/2019
Carteira de câmbio (i)	185.635	84.168
Depósitos judiciais	30.537	41.682
Despesas antecipadas	15.506	17.430
Carteira de crédito - recursos em trânsito	14.598	128
Outros valores e bens	8.635	8.635
Tributos antecipados	6.428	5.071
Outros	12.231	5.742
Total	273.570	162.856

(i) Carteira de câmbio

	Outros Ativos		Outros Passivos	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Câmbio comprado a liquidar	185.653	82.739	-	-
Câmbio vendido a liquidar	-	-	-	1.588
Direitos sobre vendas de câmbio	-	1.591	-	-
Obrigações por compras de câmbio	-	-	163.022	82.853
Adiantamentos recebidos	(18)	(162)	-	-
Total	185.635	84.168	163.022	84.441

09. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**(a) Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social**

	1º semestre	
	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado	29.560	37.066
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (i)	(13.302)	(14.826)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Juros sobre o capital próprio	4.392	2.131
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	6.270	(234)
Provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito	2.568	59
Equivalência patrimonial	2.723	3.610
Ajustes ao valor de mercado	119	134
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	(1.053)	2.467
Obrigações fiscais diferidas	(11.507)	(3.450)
Ativo fiscal diferido	13.193	145
Outros valores	(1.717)	933
Imposto de renda e contribuição social	1.686	(9.031)
Sendo:		
Impostos correntes	-	(5.726)
Impostos diferidos	1.686	(3.305)
Resultado contabilizado	1.686	(9.031)

(i) Vide nota explicativa nº 02 “g”.

(b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2019	Constituição	Realização	30/06/2020
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	8.171	2.335	(7.584)	2.922
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	22.607	18.117	(17.859)	22.865
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	31.635	4.524	-	36.159
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	4.330	12.965	(1.770)	15.525
Outros créditos tributários (i)	7.525	9.335	(6.870)	9.990
TOTAL - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	74.268	47.276	(34.083)	87.461
Obrigações fiscais diferidas	(5.983)	(12.579)	457	(18.105)
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS LÍQUIDOS DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS	68.285			69.356
% Sobre patrimônio líquido	4,6%			4,6%

(i) Composto, basicamente, por provisões com participação nos lucros, créditos transferidos para prejuízo, despesas administrativas e pessoal.

A Administração do Banco, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 30/06/2020, estimou que a realização destes créditos tributários ocorrerá na seguinte proporção:

	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	+ 5anos
Realização dos créditos tributários	31%	33%	14%	10%	6%	6%

Em 30/06/2020, o valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas calculados com base na taxa Selic totalizava R\$ 62.458. Em 31/12/2019 os créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas não ativados, representado pela majoração da alíquota da CSLL que foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 01/03/2020 nos termos do artigo 32 da emenda constitucional 103 publicada em 13/11/2019, totalizavam R\$ 8.065. Em 30/06/2020 todos os créditos tributários estavam ativados.

10. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

Composição dos recursos captados por prazos de vencimento

	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total 30/06/2020
Depósitos interfinanceiros	4.581.777	31.044	723.246	-	5.336.067
Depósitos a prazo (i)	90.392	304.383	1.759.572	1.314	2.155.661
Total de depósitos	4.672.169	335.427	2.482.818	1.314	7.491.728
Captações no mercado aberto	1.033.014	-	-	-	1.033.014
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.359.680	1.622.291	2.513.664	17.212	5.512.847
Letras financeiras	1.270.288	1.131.158	2.466.118	17.212	4.884.776
Letras de crédito do agronegócio	65.157	455.889	41.176	-	562.222
Letras de crédito imobiliário	24.235	35.244	6.370	-	65.849
Obrigações por empréstimos no exterior	101.916	85.892	-	-	187.808
Obrigações por repasses do país (ii)	46.182	139.261	573.220	78.755	837.418
Obrigações por repasses do exterior	37.261	77.810	-	-	115.071
Total de depósitos e recursos captados	7.250.222	2.260.681	5.569.702	97.281	15.177.886
% Concentração por prazo	47,8%	14,9%	36,7%	0,6%	100,0%

	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total 31/12/2019
Depósitos interfinanceiros	628.856	-	-	-	628.856
Depósitos a prazo (i)	106.890	148.159	976.878	4.396	1.236.323
Total de depósitos	735.746	148.159	976.878	4.396	1.865.179
Captações no mercado aberto	1.127.155	-	-	-	1.127.155
Recursos de aceites e emissão de títulos	770.732	3.045.601	2.188.291	35.492	6.040.116
Letras financeiras	633.803	2.767.582	2.096.260	35.492	5.533.137
Letras de crédito do agronegócio	101.886	275.991	92.031	-	469.908
Letras de crédito imobiliário	35.043	2.028	-	-	37.071
Obrigações por empréstimos no país	-	346.595	-	-	346.595
Obrigações por empréstimos no exterior	69.744	26.409	-	-	96.153
Obrigações por repasses do país	44.516	132.254	407.770	177.052	761.592
Obrigações por repasses do exterior	4.176	26.972	24.640	-	55.788
Total de depósitos e recursos captados	2.752.069	3.725.990	3.597.579	216.940	10.292.578
% Concentração por prazo	26,7%	36,2%	35,0%	2,1%	100,0%

(i) Os depósitos a prazo foram classificados de acordo com seus vencimentos contratuais e incluem o montante de R\$ 1.754.398 (31/12/2019 R\$ 910.433), referentes às captações com compromisso de liquidez que podem ser resgatados antecipadamente pelos clientes, todos registrados na B3.

(ii) Representado por: Operações de BNDES, com vencimentos até 15/05/2026 à taxa pré-fixada de 4,50%, pós-fixada de 0,93% até 3,33% ao ano mais TJLP, pós-fixada de 3,10% até 4,97% ao ano mais TLP-IPC, pós-fixada de 1,30% até 2,33% ao ano mais SELIC, pós-fixada de 2,30% ao ano mais UMBNDES (Cesta de moedas do BNDES), e LIBOR pós fixada de 1,20%; Operações de FINAME, com vencimentos até 15/04/2026 à taxa pré-fixada de 0,001% até 16,14% ao ano, pós-fixada de 1,63% até 2,13% ao ano mais TJLP, pós-fixada de 3,36% até 5,49% ao ano mais TLP-IPC, pós-fixada de 1,70% a 2,10% ao ano mais UMBNDES (Cesta de moedas BNDES), e pós-fixada de 1,25% até 2,61% ao ano mais SELIC.

11. PASSIVOS CONTINGENTES

O Banco, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas demonstrações financeiras são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas movimentações em 2020 estão demonstradas a seguir:

	Fiscais e Previdenciárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
	(a)	(b)	(c)	
Saldo inicial em 01/01/2020	14.392	4.120	1.915	20.427
(+) Complemento líquido de reversões	245	(349)	(913)	(1.017)
(+) Atualização	153	-	-	153
(-) Pagamentos	(11.653) (*)	(1.416)	(1)	(13.070)
Saldo final em 30/06/2020	3.137	2.355	1.001	6.493

(*) O Banco obteve decisão desfavorável transitada em julgado proferida pelo Supremo Tribunal Federal que reconheceu a incidência do ISS sobre a receita de aval e fiança. Por conta disso o Banco realizou o pagamento do valor de R\$ 11.653 ao Município de São Paulo mediante a conversão em renda dos depósitos judiciais realizados no curso do processo.

(a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial.

As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável. Essas provisões encontram-se registradas na rubrica “provisão para passivos contingentes” do grupo “outras obrigações - diversas”, e levam em conta as datas esperadas de pagamento.

Passivos contingentes de natureza fiscal e previdenciária classificados como risco de perda possível:

O Banco possui outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/09, no montante de R\$ 1.164 (31/12/2019 R\$ 1.152).

(b) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica “provisão para passivos contingentes” do grupo “outras obrigações – diversas”, e leva em conta as datas esperadas de pagamento.

As ações de natureza trabalhista para as quais foram constituídas provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto considerando histórico de pagamentos feitos pelo Banco a este título.

As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 481 (31/12/2019 R\$ 2.992).

(c) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica “provisão para passivos contingentes” do grupo “outras obrigações – diversas”. Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável.

12. OUTROS PASSIVOS

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Carteira de câmbio (i)	163.022	84.441
Carteira de crédito valores a processar/liberar	62.625	667
Sociais e estatutárias	14.946	18.848
Provisão para despesas de pessoal e administrativa	15.463	15.466
Resultado de exercícios futuros	6.804	8.848
Negociação e intermediação de valores	6.704	1.036
Fiscais e previdenciárias	4.266	5.614
Outros	1.234	1.762
Total	<u>275.064</u>	<u>136.682</u>

(i) Conforme nota explicativa nº 08.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Dividido em 53.482.129 (31/12/2019 53.482.129) ações ordinárias e 35.118.455 (31/12/2019 35.118.455) ações preferenciais, sem valor nominal. É assegurado às ações preferenciais, que não possuem direito de voto, um dividendo mínimo de 6% ao ano sobre a parte e respectivo valor do capital que essas ações representam.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24/04/2020, homologada em 14/07/2020 pelo BACEN, aprovou o aumento do capital social para R\$ 725.700 mediante a capitalização de igual valor a ser retirado das contas reservas de capital – outras e da reserva de lucros – reserva para aumento de capital no montante de R\$ 28.500.

(b) Dividendos

O Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme previsto no artigo 35 do Estatuto Social e artigo 9º da Lei n.º 9.249 de 26/12/1995.

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Lucro líquido do semestre	31.246	28.035
(-) Reserva legal	(1.562)	(1.402)
Lucro líquido ajustado	29.684	26.633
Juros sobre o capital próprio - valor bruto	9.761	5.327
(-) Imposto de renda na fonte - 15%	(1.464)	(799)
Juros sobre o capital próprio - valor líquido	8.297	4.528

Para o semestre findo, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 9.761(1º semestre/2019 R\$ 5.327), correspondendo ao valor bruto de R\$ 277,95 (1º semestre/2019 R\$ 151,68) por lote de mil ações preferenciais.

A adoção do pagamento de juros sobre o capital próprio aumentou o resultado do Banco em R\$ 4.392 (30/06/2019 R\$ 2.131) face ao benefício fiscal obtido. Os juros foram contabilizados em conformidade com a Circular Bacen nº 2.739/97, Deliberação CVM nº 207/96 e em atendimento às disposições fiscais.

(c) Reserva de lucros

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Reserva estatutária - para aumento de capital	514.137	515.242
Reserva estatutária - especial para dividendos	135.163	133.171
Reserva legal	97.836	96.274
Reserva de lucros a realizar (i)	34.444	34.444
Total	<u>781.580</u>	<u>779.131</u>

(i) A realização da reserva de lucros a realizar ocorre na medida em que as reservas de lucros nas controladas forem efetivamente realizadas ou distribuídas. No semestre não foi realizada a parcela de reserva de lucros a realizar em conformidade com a Lei nº 6.404/76, com alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01, tendo em vista que sua controlada BRI Participações Ltda. não distribuiu efetivamente parcela de seus lucros.

(d) Ações em tesouraria –programa de recompra de ações

Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do art. 18, inciso IX, do Estatuto Social do Banco, em 13 de março de 2019, o Conselho de Administração aprovou o “Programa de Recompra” de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação, no valor total de até R\$ 2.800, sem redução de capital social.

Poderão ser adquiridas até (a) 330.000 ações ordinárias e (b) 100.000 ações preferenciais. O prazo para execução do programa é de até 18 meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho. No 1º semestre de 2020, foram adquiridas no âmbito do referido programa, 24.600 ações ordinárias no montante de R\$ 196.

A quantidade de ações em tesouraria em 30/06/2020 é de 68.300 ações ordinárias registradas ao custo de aquisição no valor total de R\$ 473.

Em 30/06/2020, os custos mínimo, médio e máximo por ação em estoque para as ações ON eram de R\$ 5,80, R\$ 6,93 e R\$ 8,00, respectivamente.

O valor de mercado dessas ações, em 30/06/2020, eram de R\$ 8,39 por ação ON e R\$ 7,78 por ação PN.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo BACEN, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

	1º semestre			
	30/06/2020	31/12/2019	2020	2019
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades	152	1.786	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	152	1.786	-	-
Banco Alfa S.A.	152	1.786	-	-
Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros (1)	2.972.625	3.433.987	73.585	70.468
- Controladas	(195.662)	(429.682)	(5.270)	(30.385)
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	(55.005)	(50.060)	(950)	(2.009)
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	(140.657)	(379.622)	(4.320)	(28.376)
- Outras partes relacionadas (1)	3.168.287	3.863.669	78.855	100.853
Banco Alfa S.A.	1.207.550	(84.344)	8.178	(1.406)
Financeira Alfa S.A.-CFI	1.960.737	3.948.013	70.677	102.259
Aplicações (Captações) no mercado aberto	-	-	-	82
- Outras partes relacionadas (1)	-	-	-	82
Banco Alfa S.A.	-	-	-	82
Operações de Crédito - aquisição de ativos	2.874.000	216.501	22.128	845
- Outras partes relacionadas	2.874.000	216.501	22.128	845
Banco Alfa S.A.	-	-	2.871	-
C&C Casa e Construção Ltda.	2.598.046	202.041	17.665	806
Companhia Transamérica de Hotéis	275.954	14.460	1.592	39
Negociação e intermediação de valores	(1.895)	(878)	-	-
- Controlada	(1.895)	(878)	-	-
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	(1.895)	(878)	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(5.030)	(6.489)	-	-
- Controladas	257	1.196	-	-
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	-	1.196	-	-
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	257	-	-	-
- Controlador	(3)	(3)	-	-
Pessoa física	(3)	(3)	-	-
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora	(2.180)	(3.170)	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	(3.104)	(4.512)	-	-
Corumbal Participações e Administrações Ltda.	(3.101)	(4.508)	-	-
Pessoa física	(3)	(4)	-	-
Depósitos a prazo	(416.443)	(339.422)	(6.653)	(1.227)
- Controlada	(224.426)	(219.780)	(3.924)	(502)
Bri Participações Ltda.	(224.426)	(219.780)	(3.924)	(502)
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora	(24.041)	(23.445)	(414)	(107)
- Outras partes relacionadas (1)	(167.976)	(96.197)	(2.315)	(618)
Consórcio Alfa de Administração S.A.	(33.506)	(34.813)	(596)	-
Alfa Holdings S.A.	(7.810)	(4.409)	(128)	-
Corumbal Participações e Administrações Ltda.	(11.221)	(3.446)	(130)	-
Corumbal Corretora de Seguros Ltda.	(2.894)	(2.310)	(45)	(1)
Fundação Clemente de Faria	(33.008)	-	(327)	-
Metro Sistemas e Informática Ltda.	(3.185)	(2.839)	(53)	(2)
Metro Tecnologia e Informática Ltda.	(61.889)	(37.610)	(834)	(15)
Pessoa física	(14.463)	(10.770)	(202)	(600)
Recursos de emissão de títulos	(44.580)	(57.653)	(1.112)	(3.061)
- Controlada	-	-	-	(74)
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	-	-	-	(74)
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora	(11.314)	(11.848)	(330)	(462)
- Outras partes relacionadas (1)	(33.266)	(45.805)	(782)	(2.525)
Pessoa física	(33.266)	(45.805)	(782)	(2.525)
Outras transações (2)	3.286	780	(4.599)	(4.184)
- Controladas	49	69	(1)	4
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	47	67	(1)	-
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	2	2	-	4
- Outras partes relacionadas (1)	3.237	711	(4.598)	(4.188)
Banco Alfa S.A.	2.717	43	-	-
Financeira Alfa S.A.-CFI	303	377	-	-
Metro Sistemas e Informática Ltda.	-	-	(938)	(1.098)
Metro Táxi Aéreo Ltda.	-	-	(188)	(219)
Metro Tecnologia e Informática Ltda.	-	-	(3.472)	(2.871)
Alfa Seguradora S.A.	161	221	-	-
Outras	56	70	-	-

Todas as transações entre o Banco e partes relacionadas são efetuadas a preços e/ou taxas compatíveis com as praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações.

(1) Realizadas com pessoas físicas e/ou jurídicas, não se tratando de controladoras, controladas ou coligadas.

(2) Referem-se, basicamente, à sublocação de imóvel com empresas do Conglomerado de acordo com contrato mantido entre as partes e serviços contratados junto a entidades do Conglomerado.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, é estabelecida a remuneração para os membros do Conselho de Administração e Diretoria.

No semestre, o montante registrado foi de R\$ 8.096 (1º semestre/2019 R\$ 6.677) para os membros do Conselho de Administração e Diretoria.

O Banco não possui benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

(b.1) Em 29/10/2018, o BACEN editou a Resolução nº 4.693/2018 que autoriza, a partir de 01/01/2019, as instituições financeiras a realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições previstas em seu artigo 6º e os limites definidos em seu artigo 7º, a saber:

- Artigo 6º: As operações de crédito somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil e risco de crédito;
- Artigo 7º: Limites – O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% do valor relativo ao Patrimônio Líquido Ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido do valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e de instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais:
 - a) 1% para a contratação com pessoa natural e;
 - b) 5% para a contratação com pessoa jurídica.

(c) Participação acionária:

Os membros do Conselho de Administração possuem, em conjunto, a seguinte participação acionária, em 30 de junho de 2020: Ordinárias 3,659%, Preferenciais 26,287% e do total de ações de 12,628%.

15. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Risco Corporativo

O gerenciamento de Riscos Corporativos tem o papel de assegurar que as diretrizes da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) do Conglomerado Prudencial Alfa (“Prudencial”) sejam tempestivamente monitoradas de forma que o nível de risco assumido se mantenha sempre em conformidade com os limites estabelecidos para cada natureza de risco.

O gerenciamento dos riscos abrange todas as áreas e colaboradores do Prudencial. Os riscos, falhas e/ou deficiências que possam surgir decorrentes das atividades desempenhadas no Prudencial devem ser reportados tempestivamente às áreas de controles para o tratamento adequado. O gerenciamento de riscos e de capital são supervisionados de forma integrada pela Diretoria de Riscos alinhada com as premissas e limites definidos nas Política de Gerenciamento Integrado de Riscos, Política de Responsabilidade Socioambiental e RAS, aprovadas pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento integrado dos riscos é de responsabilidade do Departamento de Gestão de Riscos que, além de coordenar diretamente as atividades deste processo, desempenha, também, o papel de disseminador da cultura de mitigação e gerenciamento de riscos no Prudencial. O Departamento de Gestão de Riscos se reporta ao *Chief Risk Officer* (CRO) que, por sua vez, reporta-se à Alta Administração.

Em atendimento às Resoluções BACEN nºs 4.557/2017 e 4.327/2014, o Prudencial mantém estrutura específica para o gerenciamento integrado dos riscos, para o gerenciamento do capital e para o monitoramento do risco socioambiental. A descrição das estruturas do gerenciamento integrado de riscos e do gerenciamento do risco socioambiental estão disponíveis no endereço eletrônico: www.alfanet.com.br > Sobre o Alfa > Gerenciamento de Riscos e de Capital.

Risco de Mercado

Tem por objetivo definir as principais diretrizes que orientam o gerenciamento do risco de mercado do Prudencial, definindo estratégias que possam identificar, avaliar e monitorar as exposições sujeitas ao risco de mercado e estabelecer limites e procedimentos que possam manter o Prudencial exposto a um nível aceitável e compatível com seus objetivos definidos na RAS (Declaração de Apetite por Riscos). O processo de monitoramento será automatizado de forma a medir, monitorar e controlar todas as operações sujeitas ao risco de mercado, gerando relatórios tempestivos para a Diretoria.

Risco de Liquidez

O Prudencial deverá operar com nível de liquidez compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a esse risco. Devemos operar com um nível suficiente de liquidez para honrar prontamente as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes da prestação de garantias. O Prudencial deverá manter um estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos rapidamente em caixa em situações de estresse, além de manter o perfil de sua captação adequado ao risco de liquidez de seus ativos, observando uma diversificação adequada de suas fontes de captações.

Risco de Crédito

O Prudencial tem por princípio operar de forma cuidadosa e conservadora quando da concessão de crédito em qualquer dos segmentos em que atua. Para isso, devemos priorizar os segmentos mais seguros, de modo a construir uma carteira com ativos de qualidade, rentável e com baixo índice de perdas. O objetivo do gerenciamento do Risco de Crédito é o de garantir que esse princípio de prudência seja aplicado na concessão dos limites de crédito, onde o acompanhamento das operações seja feito de maneira efetiva, e que eventuais problemas sejam identificados de forma rápida e submetidos à Diretoria para a decisão das medidas a serem tomadas.

Risco Operacional

O Gerenciamento do Risco Operacional tem por objetivo identificar, avaliar e monitorar o risco operacional associado aos produtos e aos fluxos operacionais das principais atividades do Prudencial o, avaliando-se a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas operacionais, deficiências ou inadequação de processos internos, sistemas ou seus colaboradores.

O processo de monitoramento também deverá contemplar a avaliação dos potenciais efeitos da interrupção parcial ou total das atividades do Prudencial, assegurando que as estratégias definidas para assegurar a continuidade das atividades críticas da instituição sejam adequadas e eficientes.

A contínua avaliação destes riscos deverá nos permitir a identificação, classificação e a documentação dos processos críticos do Prudencial, assegurando que eventuais perdas de natureza operacional sejam pouco frequentes e sem grande impacto financeiro para o Prudencial.

Risco Socioambiental

O gerenciamento do Risco Socioambiental constitui-se de um conjunto de práticas, controles e iniciativas, com as quais o Prudencial visa resguardar-se da ocorrência de eventos que possam trazer-lhe prejuízo financeiro ou de reputação decorrentes de transações com clientes ou fornecedores que não atendam as normas socioambientais vigentes.

16. ÍNDICE DE CAPITAL E DE ALAVANCAGEM

O BACEN, através das Resoluções nºs 4.192/2013 e 4.278/2013, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência considerando as instituições integrantes do Prudencial para cálculo do Índice de Capital. Adicionalmente através da Resolução nº 4.193/2013, instituiu apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013.

O índice de capital para 30/06/2020 apurado nos termos das referidas Resoluções é de 18,73% (31/12/2019 20,06%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Prudencial, quando comparados aos requisitos mínimos do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 9,25%. O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Capital do Prudencial.

	Prudencial	
	30/06/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência – Nível I	2.573.457	2.502.336
Capital Principal	2.573.457	2.502.336
Patrimônio Líquido	2.622.086	2.546.564
(-) Ajustes Prudenciais	(48.629)	(44.228)
Patrimônio de Referência (PR)	2.573.457	2.502.336
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	13.738.663	12.475.342
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	11.675.661	10.757.297
Risco de Mercado	865.642	502.537
Risco Operacional	1.197.360	1.215.508
Patrimônio de Referência Mínimo Exigido	1.099.093	998.027
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal	171.733	311.884
Índice de Basileia	18,73%	20,06%
Capital de Nível I	18,73%	20,06%
Capital Principal	18,73%	20,06%

O BACEN, através da Circular nº 3.748/2015 instituiu o Índice Razão de Alavancagem (RA) no arcabouço de Basileia III no Brasil. O RA é definido como a razão entre Capital Nível I e Exposição Total.

Em 30/06/2020, o Índice de Razão de Alavancagem do Prudencial é de 14,06% (31/12/2019 15,88%).

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Outras receitas operacionais

	1º semestre	
	2020	2019
Reversão de provisões para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis (i)	1.262	1.036
Atualização de tributos a compensar e depósitos	322	1.170
Outras (ii)	3.616	960
Total	5.200	3.166

(i) Conforme nota explicativa nº 11.

(ii) Refere-se ao reembolso das despesas pela constituição da carteira e remuneração da performance dos créditos cedidos para empresa ligada.

(b) Outras despesas administrativas

	1º semestre	
	2020	2019
Processamento de dados	(7.832)	(6.659)
Serviços técnicos especializados	(3.037)	(2.429)
Aluguéis	(2.217)	(2.085)
Serviços de terceiros	(1.229)	(1.224)
Vigilância e segurança	(821)	(727)
Depreciação e amortização	(817)	(760)
Comunicações	(571)	(175)
Viagem	(448)	(611)
Propaganda e publicidade	(463)	(723)
Serviços do sistema financeiro	(708)	(700)
Manutenção e conservação de bens	(290)	(240)
Outras	(1.345)	(1.410)
Total	(19.778)	(17.743)

(c) Outras despesas operacionais

	1º semestre	
	2020	2019
Equalização e intermediação de contratos	(13.293)	(1.010)
Outras	(429)	(815)
Total	(13.722)	(1.825)

(d) Administração de recursos de terceiros: O Banco administra e faz a gestão de Fundos de Investimento de Renda Fixa, de Ações e Multimercado, além de Carteiras Administradas de Particulares, cujos patrimônios na data do balanço totalizavam R\$ 5.651.506 (31/12/2019 R\$ 6.669.377).

(e) Contratação de seguros: O Conglomerado tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. A cobertura de seguros contra riscos operacionais do Conglomerado era composta por R\$ 96.485 (31/12/2019 R\$ 90.035) para danos materiais. Além disso, possui cobertura para Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil de R\$ 6.000 (31/12/2019 R\$ 6.000) e R\$ 3.000 (31/12/2019 R\$ 3.000), respectivamente, para suprir eventuais danos ao Conglomerado.

(f) Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados: Em atendimento à Deliberação CVM nº 695, de 13/12/12, informamos que o Banco não mantém planos de remuneração em ações (*stock options*) e outros benefícios de pós-emprego a seus empregados.

18. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

		Alfa Arrendamento Mercantil S.A.(a)	Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	BRI Participações Ltda. (b)	Total
. Capital social		178.300	161.176	26.868	
. Patrimônio líquido ajustado		321.102	259.201	494.557	
. Lucro/Prejuízo do semestre		2.760	(523)	5.972	
. Quantidade de ações ordinárias possuídas		10.416.839	8.000.000	-	
. Quantidade de ações preferenciais possuídas		985.392	8.000.000	-	
. Quantidade de cotas possuídas		-	-	26.867.343	
. % de participação		55,661	100,000	99,999	
. Resultado da avaliação	1º semestre/2020	603	(523)	5.972	6.052
	1º semestre/2019	(3.114)	7.637	4.503	9.026
. Valor contábil do investimento	Em 30/06/2020	178.729	259.201	494.552	932.482
	Em 31/12/2019	178.384	259.724	488.580	926.688

(a) O Banco possui participação direta na Alfa Arrendamento Mercantil S.A. de 55,661% e indireta de 44,324% através da empresa BRI Participações Ltda., perfazendo o montante de 99,985%.

(b) A BRI Participações Ltda. realiza gestão de recursos próprios (*cash company*), representados por aplicações financeiras. Possui participação de 44,324% na Alfa Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 142.325 (31/12/2019 R\$ 142.050).

(c) Os investimentos em sociedades controladas não sofreram alterações no decorrer do semestre.

19. NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, apresentado na demonstração dos fluxos de caixa está constituído por:

	30/06/2020	30/06/2019
No início do semestre	767.297	715.885
Disponibilidade	2.303	2.834
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	764.994	713.051
No final do semestre	4.116.340	936.817
Disponibilidade	2.724	3.127
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	4.113.616	933.690
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	3.349.043	220.932

(i) Referem-se as operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

20. OUTROS ASSUNTOS

Desde o dia 11 de março de 2020, foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países e ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia pode ser observada a

partir do início do mês de março de 2020 gerando alguns impactos negativos sobre a economia brasileira, como (i) maior aversão ao risco, com pressões sobre o câmbio; (ii) maiores dificuldades no comércio exterior; e (iii) aumento das incertezas dos agentes econômicos.

Com o intuito de mitigar os impactos dessa crise, governos e bancos centrais do mundo todo vêm intervindo na economia de seus países e têm adotado medidas pouco convencionais em momentos de normalidade, como o fechamento de atividade econômica não essencial, ações de estímulos monetários, como a prática de juro zero, além da expansão fiscal. Entretanto, ainda não é possível afirmar em que medida essas ações amenizarão a recessão global em 2020.

Para combater os efeitos da pandemia do novo coronavírus e das medidas de isolamento social na economia, o Banco Central aprovou um conjunto de medidas com a finalidade de aumentar a liquidez do Sistema Financeiro Nacional. Dentre essas medidas, em 2 de abril de 2020, o Conselho Monetário Nacional (CMN) editou a Resolução CMN no. 4.795/20, instituindo a LTEL-LFG e autorizando o Banco Central a adquirir, no mercado primário, letras financeiras emitidas por alguns tipos de instituições financeiras, observadas as condições ali previstas e em sua regulamentação. O Conglomerado Alfa optou por utilizar esta forma de captação de recursos, cuja operacionalização ocorreu por meio do Banco Alfa S.A., devido ao fato de ser a instituição do Conglomerado detentora de conta de reserva bancária. Para atendimento aos requisitos regulamentares, as operações de crédito elegíveis a serem dadas em garantia destas operações foram objeto de cessão de crédito entre as instituições do Conglomerado, em condições equitativas, até junho/2020 foram realizadas cessão de crédito do Banco para o Banco Alfa S.A. no valor de R\$ 1.189.323, conforme nota 7“F”.

As atividades do Conglomerado Financeiro Alfa estão com plena capacidade operacional, equipes adequadas e prontas para atender as necessidades dos clientes. Nossas ações têm levado em consideração as orientações do Ministério da Saúde e de todas as demais autoridades federais, estaduais e municipais dos locais em que operamos. Em relação a nossas operações de crédito, a Administração, juntamente com o Comitê de Crédito, segue monitorando a Carteira de Ativos de Crédito diariamente e, até o momento, não foram verificados impactos negativos relevantes devido a renegociações ou inadimplência. Intensificamos o trabalho em home office, com pelo menos 90% dos nossos funcionários trabalhando de forma remota. O Comitê de Risco acompanha e avalia de forma consistente e tempestiva nossa alocação de capital e nossa liquidez, de forma que o Conglomerado mantém uma estrutura de Basileia confortável e adequada ao momento.

Todos os possíveis impactos relacionados à pandemia continuarão sendo monitorados de forma contínua. A Administração do Conglomerado permanece atenta a eventual agravamento da pandemia e de seus efeitos negativos sobre as economias global e local, bem como sobre os negócios e a situação de nossos clientes, dado o atual cenário de aumento no número de infectados e a possível prorrogação e adoção de medidas adicionais de isolamento social.

ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS
CONTADORA
CRC 1SP 232846/O-2

RESUMO DO RELATORIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020

Introdução

O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.

O novo cenário, decorrente da grave crise socioeconômica mundial trazida pelo Covid-19, trouxe uma série de desafios neste semestre, notadamente no segundo trimestre:

- i. Assim como as demais instituições financeiras e empresas de outros setores, com o objetivo de assegurar a continuidade das operações e a segurança de seus funcionários, o banco adotou o home-office para a maioria do staff.
- ii. A queda na taxa de juros influenciou em todo o mercado nas captações de recursos. O CMN, através da Resolução nº 4795, proporcionou ao mercado o acesso à linha de crédito com garantia de ativos. Dessa forma, o banco utilizou essa alternativa para aumentar suas disponibilidades.
- iii. Renegociações de dívidas foram efetuadas com a prorrogação no vencimento dos contratos. Em função disso, provisão adicional foi constituída para fazer frente a eventuais perdas.

Atividades do Comitê

O Comitê reuniu-se 6 vezes no período de janeiro a junho de 2020, com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado, abordando, em especial, assuntos relacionados com demonstrações financeiras, provisões, *compliance*, prevenção à lavagem de dinheiro, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e B3-Brasil, Bolsa e Balcão, discutindo as providências adotadas.

Administração de Riscos

Mantendo a sinergia com o Comitê de Riscos o Comitê de Auditoria realizou reunião semestral com o Gerente Geral de Administração de Riscos, acompanhando de forma mais focada os aspectos relevantes e enquadramentos definidos pela administração.

Ouvidoria

Norteados pelo disposto na Resolução do BACEN nº 4.433, de 23/07/2015 e suas alterações subsequentes, o Comitê acompanhou e monitorou as atividades da Ouvidoria, mediante reuniões e relatórios por ela produzidos.

Controles Internos

O Comitê considerou que as atividades desenvolvidas pela área de Controles Internos são adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o cumprimento das regras internas e legais vigentes. O monitoramento, realizado por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é analisado pela área responsável, auditoria interna e externa. O Comitê entendeu que o sistema de controles internos está adequado ao porte e complexidade de negócios do Conglomerado.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro

O Comitê analisou e discutiu os processos das empresas do Conglomerado com relação às atividades de prevenção de lavagem de dinheiro. A Circular BACEN nº 3.978 e a Instrução CVM nº 617 provocarão aumento dos trabalhos do próximo semestre para o enquadramento e testes com os novos grupos de PEPS.

Auditoria Externa e Interna

As empresas de auditoria externa KPMG Auditores Independentes e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, respectivamente, são responsáveis pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A.

Com relação à Auditoria Externa, o Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado, base 30/06/2020; b) prévia do Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467/2009 e nº 2.682/1999; c) relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do quarto trimestre de 2019.

Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações.

Ressalta-se ainda que, durante o semestre o Comitê de Auditoria, não foi acionado em nenhum momento, nem tampouco se deparou com qualquer situação que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias na condução de suas atividades.

Quanto aos trabalhos realizados pelas Auditorias, há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada, e que viesse a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado.

Dessa forma, o Comitê concluiu como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

Demonstrações Financeiras

Considerando as avaliações satisfatórias das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, e ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, conclui o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras do semestre encerrado em 30 de junho de 2020, incluindo as das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas vigentes.

São Paulo - SP, 11 de agosto de 2020.

Adilson Herrero

Ciderlene Justino de Souza

Paulo Aluizio Machado de Andrade

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e Acionistas do
Banco Alfa de Investimento S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Alfa de Investimento S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Alfa de Investimento S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2 e nº 7, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, adiantamentos sobre os contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, obedece aos parâmetros exigidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, normativo que estabelece os critérios para classificação das operações de crédito e para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, divididos em nove faixas de risco, sendo “AA” o melhor rating e “H” o pior rating, que requerem um percentual mínimo a ser provisionado. O Banco constitui, quando necessário, provisão acima do mínimo requerido pela referida Resolução, para tanto, se baseiam em análises internas e na conjuntura econômica, setorial e individual de cada cliente para avaliar tal necessidade. As premissas utilizadas visam a adequada provisão para suportar eventuais perdas. Devido à relevância das operações de crédito, adiantamentos sobre os contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, aos julgamentos relacionados à estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação das operações de crédito nos nove níveis de risco de crédito, de AA até H, adiantamentos sobre os contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, formalização das análises e revisões de riscos de crédito, a sua inclusão no sistema e, com o auxílio de nossos especialistas na área de tecnologia, a interface entre o referido sistema e a contabilidade. Adicionalmente analisamos, com base em amostragem, as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, tais como atraso na operação e deterioração das condições do tomador de crédito. Com base em amostragens, analisamos documentos suporte preparados pela Companhia para fundamentar o cálculo, a contabilização e divulgação da provisão para crédito de liquidação duvidosa de acordo com os requerimentos estabelecidos pela Resolução nº 2682 do CMN. Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020, tomadas em conjunto.

Provisão e Passivos Contingentes – trabalhistas, cíveis e fiscais

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 02 e nº 11, o Banco constitui, considerando a avaliação de assessores legais, provisão para demandas judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso de suas operações. Para determinação do valor das estimativas é considerada a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento de tribunais, o histórico de perdas e outros critérios adotados pelo Banco. As premissas utilizadas são formalizadas em políticas institucionais e visam a adequada provisão para suportar eventuais perdas. Devido ao grau de julgamento e à especificidade na classificação do risco de uma demanda judicial, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e efetividade operacional dos controles relativos ao cadastro, avaliação do risco, cálculo e registro da provisão, acompanhamento do processo e encerramento. Avaliamos a adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e passivos contingentes. Por amostragem, realizamos procedimentos de auditoria quanto às constituições, reversões e suficiência da provisão. Analisamos as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores. Avaliamos a adequação das premissas utilizadas na metodologia da mensuração dos valores, a memória de cálculo da provisão, os dados e informações históricas e analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais processos em que o Banco está envolvido.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020, tomadas em conjunto.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6
Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram: **(i)** o Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários"; **(ii)** o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Intercalares encerradas em 30.06.2020, e dos respectivos Pareceres do Conselho de Administração e dos Auditores Independentes; e **(iii)** a Proposta da Diretoria para pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de ações preferenciais.

Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião da qual se lavrou esta ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes.

Paulo Caio Ferraz de Sampaio

José Antonio Rigobello

Rubens Barletta

Valter dos Santos